



## O DESPORTO ADAPTADO NA CIDADE DE MACEIÓ/AL

Flávio Anderson Pedrosa de Melo<sup>1</sup>  
Neiza de Lourdes Frederico Fumes<sup>2</sup>

### RESUMO

*Neste estudo, propomo-nos a analisar a situação do desporto adaptado (DA) na cidade de Maceió/AL. Para isso utilizou-se a pesquisa qualitativa, participaram 9 professores de Educação Física/Treinadores e 2 Representantes Governamentais (Estadual e Municipal) responsáveis pelo desporto adaptado no estado de Alagoas e no município de Maceió, de 4 associações/instituições promotoras do desporto adaptado da cidade de Maceió/AL. Para coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada e a análise empregou a análise de conteúdo, do tipo temática. Os resultados mostraram-nos que o desporto adaptado na cidade de Maceió/AL passa ainda por muitas dificuldades, uma vez que não existe nenhuma política pública voltada para o desenvolvimento do esporte para a pessoa com deficiência (PCD), ficando este restrito às ações individualizadas de pessoas e/ou das associações/instituições especializadas no atendimento da PCD. O estudo permitiu-nos concluir que tendo em vista o desporto adaptado se uma luta isolada destas pessoas e das associações/instituições ainda se faz necessária a proposição e implementação de uma política de incentivo ao desporto adaptado no estado de Alagoas e no município de Maceió/AL.*

**Palavras-Chave:** Desporto Adaptado, Políticas Públicas, Pessoas com Deficiência.

### ABSTRACT

*The aim for this study was to examine the situation of adapted sports in the city of Maceió/AL. For this, it was used the qualitative research and 9 Physical Education Teachers/Coaches and 2 Government Representatives (state and local) responsible for disability sports in the state of Alagoas and the city of Maceió, from 4 associations/institutions promoting disability sports in the city of Maceió/AL. The data gathering was done by semi-structured interview and the data analysis used the analysis of thematic content. The results showed that the adapted sports in the city of Maceió/AL suffered a lot of difficulties, because there was not a public policy to develop sports for people with disabilities (PWD) and it was restricted to individualized actions of people committed to the cause and associations/institutions specializing in the care of PWD. The study allowed us to conclude that in view of the struggle of these*

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física – UFAL; GEEAMA/NEEDI; Bolsista PIBID/CAPES; Ex-colaborador PIBIC/CNPq; Atualmente estudante de Especialização em Educação Física na Educação Básica - FITs

<sup>2</sup> Professora de Educação Física – UFAL; Coordenadora GEEAMA/NEEDI.



*isolated individuals and organizations/institutions is still needed to propose a policy to encourage and develop the adapted sports in the state of Alagoas and the city of Maceió/AL.*

**Keywords:** *Adapted Sports, Public Policy, People with Disabilities.*

## RESUMEN

*En este estudio tuvo como objetivo analizar la situación del deporte para discapacitados en la ciudad de Maceió/AL, que se utilizó la investigación cualitativa. Los participantes del estudio foran 9 profesores de Educación Física/Entrenadores de 4 asociaciones/instituciones que promueven el deporte para personas com discapacidad en la ciudad de Maceió/AL y 2 representantes del Gobierno (estatal y local), responsable de deportes para discapacitados en el estado de Alagoas y la ciudad de Maceió, Para coleccionar los datos se utilizó la entrevista semi-estructurada, para el análisis de datos utilizó el análisis de contenido temático. Los resultados muestran que el deporte para discapacitados en la ciudad de Maceió tien muchas dificultades, ya que no existe una politica publica para el su desarrollo. Hay solamente acciones muy individualizadas de personas comprometidas con la causa y asociaciones o instituciones que se especializan en el cuidado de la Persona con Discapacidad (PCD). El estudio permitió concluir que en vista de la lucha de estos individuos aislados y las organizaciones e instituciones se necesita crear una politica para fomentar el deporte para discapacitados en el estado de Alagoas y la ciudad de Maceió/AL.*

**Palabras clave:** *Deporte Adaptado, Políticas Públicas, Personas con discapacidad.*

## INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência (PCD) pode utilizar-se da prática desportiva para obter benefícios no que concerne ao seu bem estar físico, mental, social, entre outros. Essa prática desportiva pode ocorrer com adaptações de esportes convencionais com modificações ou com esportes criados especialmente para a PCD. O esporte para a pessoa com deficiência, desporto adaptado (DA), para Mauerberg de-Castro (2005, p. 437) é definido como: “em esportes, adaptação significa modificação, ajuste ou acomodação de contextos físicos (equipamentos, locais, material) e de procedimentos (regras, organização) de uma modalidade ou evento esportivo”. Essas adaptações são feitas a partir das necessidades de uma deficiência para a prática de qualquer modalidade desportiva, levando em consideração as classificações funcionais dos atletas, suas potencialidades e limitações. O intuito é levar as pessoas com deficiência à prática desportiva, seja com objetivos lúdico, educativo, de reabilitação ou de rendimento.

O desporto adaptado surge inicialmente com fatos isolados. Cidade (2002) aponta que, em 1918, na Alemanha, havia um grupo e lesionados reunidos para a prática desportiva. Em 1932, há ainda registros do surgimento da Associação do Golfista de um Só Braço na Inglaterra. No entanto, esse fenômeno vem a ganhar forças após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Costa e Sousa (2004) o esporte adaptado foi criado na cidade de Aylesbury, Inglaterra, pelo neurologista Ludwig Guttmann, que a pedido do governo



britânico criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares, do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do Exército inglês, lesionados medulares e amputados na II Guerra Mundial.

O intuito do neurocirurgião era o de promover um trabalho de reabilitação médica e social para estes veteranos de guerra que já não praticavam nenhuma atividade física. Entretanto, Guttmann ainda foi o responsável por dar início ao primeiro programa de esporte em cadeira de rodas neste mesmo hospital, em 1945 (CIDADE, 2002).

No Brasil, o DA começa a ser difundido, em 1958, com dois cadeirantes Robson Almeida Sampaio (fundou o Clube do Otimismo no Rio de Janeiro) e Sérgio Serafin Del Grande (fundou o Clube dos Paraplégicos em São Paulo). Isto aconteceu, após a viagem de ambos para tratamentos de reabilitação nos Estados Unidos da América (EUA), onde puderam observar como se dava a prática desportiva pelas pessoas com deficiência, e sabendo da existência de comunidades cadeirantes no Brasil, trouxeram o basquetebol em cadeira de rodas, isoladamente cada um em sua capital (CPB, 2010).

O desenvolvimento do DA no Brasil aconteceu lentamente, com a participações em jogos pan-americanos, participações em olimpíadas em outros continentes, porém de maneira isolada, sem grandes delegações. Isso começou a mudar após a participação do Brasil nos Jogos Pan Americanos no México, em 1975, quando se deu início a uma nova fase do DA nacional. Após o retorno das delegações representantes do Brasil, foi criada a Associação Nacional de Desporto para Excepcionais (ANDE), com o objetivo organizar o desporto paraolímpico brasileiro (CIDADE; FREITAS, 2002). O objetivo antes atribuído à ANDE hoje é atribuído ao CPB.

Segundo Araújo (1998), em 22 de setembro de 1989, foi oficialmente criada a entidade designada como o representante dos princípios das organizações esportivas internacionais para atletas com deficiência - *International Paralympic Committee (IPC)*. Com o surgimento do (IPC) houve a tendência do nascimento de comitês paraolímpicos nacionais. Especificamente no Brasil, Araújo relata que:

Em 30 de agosto de 1994 foi fundado o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), na cidade do Rio de Janeiro. Esse órgão de administração do esporte adaptado vem para atender as solicitações do IPC e, a partir de então passa a ser o elo entre associações, governo e iniciativa privada que se dispõem a incentivar (1998, p. 82).

Com a criação do CPB, o desporto para a PCD no Brasil começou a se organizar, o surgimento deste órgão possibilitaria o crescimento das modalidades resultando na obtenção de conquistas expressivas a nível nacional e internacional.

Anos antes da criação do CPB, Cidade (2002, p.25) aponta que “nas Paraolimpíadas<sup>3</sup> de Barcelona, em 1992, o Brasil ganhou 7 medalhas: 3 de ouro e 4 de bronze”. Nas Paraolimpíadas seguintes, o Brasil obteve 22 medalhas (seis de ouro, dez de prata e seis de bronze), em Sydney (2000), e 33 medalhas (14 de ouro, 12 de prata e 7 de bronze), em Atenas (2004), nas Paraolimpíadas de Pequim (2008), o Brasil ficou em 9º lugar geral com 16 medalhas de ouro, 14 de prata e 17 de bronze, com um total de 47 medalhas (IPC, 2010). A partir destes números torna-se notável o crescimento contínuo do desporto paraolímpico brasileiro, porém para dar continuidade é necessário incentivar aos atletas.

<sup>3</sup> Os Jogos Paraolímpicos são disputados a cada quatro anos nos mesmos locais onde são realizados os Jogos Olímpicos, usando a mesma estrutura montada para os atletas olímpicos. Essa estrutura deve estar adequada às várias modalidades que, ao longo dos eventos, surgiram e outras foram removidas por causa de sua inadequação como modalidade olímpica (MAUERBERG- DECASTRO, 2005, p. 453).



Estes resultados positivos em competições internacionais de paratletas brasileiros fez que começasse haver ampliação dos apoios e incentivos. No entanto, o que ocorre hoje no Brasil é que para se obter bolsas de incentivo ao esporte é necessário obter resultados expressivos, como mostra a lei 10.891, de 9 de julho de 2004:

Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas a Categoria Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior, e a Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (§ 2º lei 10.891, de 9 de julho de 2004).

O recorte acima mostra-nos que somente atletas com destaque em nível de jogos nacionais poderão se candidatar ao recebimento da bolsa, entretanto para se obter bons resultados é necessária a mínima estrutura e apoio (locais para treinamento, materiais necessários para a prática, acessibilidade e transporte, eventos, divulgação etc.). Estes que devem vir através das secretarias responsáveis pelo DA por área (Estado e Município), partindo inicialmente dos ideais do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e logo adaptando estes objetivos à sua realidade.

No estado de Alagoas, o DA parece não receber apoios para seu desenvolvimento, uma vez que as ações políticas parecem ainda serem pouco notáveis, como também as mobilizações para o crescimento das modalidades desportivas voltadas para a PCD. Mais especificamente na cidade de Maceió/AL, o DA vem sendo promovido por instituições e associações filantrópicas. Com o intuito de melhor entendermos a situação do desporto adaptado na capital Alagoana nasce a necessidade desta pesquisa, cujo objetivo é analisar a situação do desporto adaptado na cidade de Maceió/AL.

## **METODOLOGIA**

Diante da especificidade do estudo, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, que se caracteriza pelo processo como um todo, desde o método de coleta de dados até a análise de todo o processo (FLICK, 2004). Vale dizer que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob o parecer de nº 011202/2010 – 16.

Participaram da pesquisa 09 professores de Educação Física/ Treinadores, de 4 associações/instituições promotoras do desporto adaptado da cidade de Maceió/AL e 2 Representantes Governamentais (Estadual e Municipal) responsáveis pelo desporto adaptado no estado de Alagoas e no município de Maceió.

Para coleta de dados optou-se por utilizar uma entrevista semi-estruturada e para análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo, especificamente a temática e, a partir desta foram definidas categorias. Sobre análise de conteúdo temática, Guerra afirma:

São identificados os *corpus* centrais da entrevista a analisar em profundidade e, com recurso à identificação e à contagem de categorias e subcategorias, faz-se uma análise de conteúdo temática. Volta-se ao material original registrado na gravação e já transcrito, e recompõem-se os fragmentos do discurso dispersos ao longo do texto (2006, p.83).



A análise foi dividida em dois momentos: 1) Análise dos professores de Educação Física/Treinadores das Instituições/Associações promotoras de Desporto Adaptado na cidade de Maceió/AL; e 2) Análise dos gestores do Estado de Alagoas e Município de Maceió/AL.

Durante a análise dos professores foram definidas a *priori* duas categorias, sendo elas: Dificuldades e Facilidades para a promoção do desporto adaptado; Políticas Públicas Estaduais e Municipais para desenvolvimento do desporto adaptado; a *posteriori* foram definidas as seguintes subcategorias, estas pertencentes à primeira categoria: Dificuldades relacionadas ao incentivo advindo do governo e Facilidades para a promoção do desporto adaptado.

Para os gestores foram definidas a *priori* as categorias: A atuação no Estado de Alagoas e Município de Maceió/AL, na perspectiva dos gestores, abordando temas como as Ações Municipais desenvolvidas, Avaliação do Desporto Adaptado atualmente, Perspectivas para o futuro e Sugestões para a melhoria.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos dados coletados pudemos verificar que nas 4 associações/instituições promotoras do desporto adaptado na cidade de Maceió/AL, em 2010, havia 10 desportos sendo praticados por pessoas com deficiência (atletismo, basquetebol, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, capoeira, futsal, goalball, judô, natação e voleibol sentado). Os objetivos desta prática eram diversas e transitavam entre o desporto educacional, desporto reabilitacional e desporto de rendimento. Cabe dizer que participavam dessas práticas crianças, jovens e adultos com deficiência física, cegueira e visão reduzida, deficiência intelectual e múltipla.

Podemos notar essas informações com maior clareza no **Quadro 1**, onde temos a caracterização das associações/instituições que promovem o DA na cidade de Maceió/AL e ainda dos professores/treinadores, os quais participaram da pesquisa. As associações/instituições serão nomeadas pelas letras (A, B, C e D) e com o intuito de preservar a identidade dos participantes foram utilizados nomes fictícios para os professores de educação física/treinadores das respectivas instituições.

### Quadro 1 – Caracterização das Associações/Instituições

INSTITUIÇÃO/ ASSOCIAÇÃO	DESPORTOS PROMOVIDOS	PROPÓSITOS	CLIENTELA ATENDIDA	Professor/ Treinador
A	Atletismo, Basquetebol em cadeira de rodas, Natação.	Rendimento Reabilitação	Deficiência Física	Tairone, Antônia, Patrício
B	Atletismo, Basquetebol, Bocha, Futsal, Natação.	Educacional Reabilitacional Rendimento	Deficiência Física Deficiência Intelectual Deficiências Múltiplas	Micael, Karine, Andréia,



<b>C</b>	Goalball, Judô.	Educacional Reabilitacional Rendimento	Cegueira  Baixa Visão	Paulo, George
<b>D</b>	Voleibol sentado	Rendimento Reabilitacional.	Deficiência Física	Araújo

Mais especificamente, essas instituições, em sua maioria, promovem práticas desportivas como uma forma de reabilitação social, melhoria da qualidade de vida e da autonomia de seus praticantes, porém com o trabalho em andamento os próprios praticantes passam a buscar o desporto de rendimento. Isso fica claro na fala dos professores:

A gente começa com a parte educativa. A gente começa mostrando para eles a importância do hábito da atividade física, do esporte, mas quando vai crescendo e a gente vai vendo que eles vão melhorando a prática aí a gente começa e eles também, começam a ter um interesse maior assim de coisas novas, de experiências novas, então assim a gente está querendo amadurecer, a gente tem amadurecido a idéia de quando a equipe estiver mais um pouquinho [...] na competição se educa também, através das regras, através das técnicas, os alunos também eles têm essa possibilidade de novas vivências, (Professor *Paulo*, Instituição C).

A gente tem que... a gente consegue resgatar pessoas que não tem aquela perspectiva de melhoria de vida, de qualidade de vida, não é? A gente consegue trazê-las pra junto da gente do grupo da gente que eu considero até uma segunda família minha [...] nós também visamos o lado de competição, de rendimento tanto que a gente tem as nossas equipes, (Professor *Araújo*, Instituição D).

O pessoal que ia conhecendo na própria (instituição), convidando as pessoas que eu achava que estava um pouco triste, subindo auto-estima, colocando a sociedade e por aí se foi formando essa nova equipe (Professor *Patrício*, Instituição A).

Esse interesse pela prática desportiva acaba surgindo de diversas maneiras, seja por interesse dos atletas ou dos professores, no entanto sempre surge com o intuito de trazer benefícios para a PCD, proporcionando novas vivências e consequente melhora em sua vida diária. A cada dia, mais pessoas com algum tipo de incapacidade física está envolvida em atividades físicas e esportes devido aos benefícios que eles trazem para a reabilitação e para o bem estar. Tirar essas pessoas da prática de atividade física ou do esporte acarreta na diminuição da aptidão física e da eficiência dos movimentos ou mesmo do desenvolvimento de habilidades motoras (TSUTSUMI, 2004).

### ***Dificuldades e Facilidades para a promoção do desporto adaptado***

Neste tópico falaremos sobre as dificuldades e facilidades encontradas pelos professores/treinadores para promoverem o DA juntamente às suas instituições.

Com relação às dificuldades, a maior parte estava relacionada com a falta de transporte (público e institucional), bem como a falta de acessibilidade destes transportes, de apoio de patrocinadores e de uma política governamental para o desenvolvimento do DA na cidade. Vejamos os relatos dos entrevistados:



Falta de incentivo maior por parte do governo né, porque a gente bem que poderia ter na própria escola pra não ter esse problema do deslocamento que às vezes a gente perde de ir até o espaço por conta de um carro. Apesar da boa vontade das outras instituições de disponibilizar os espaços, às vezes, a gente não tem carro pra levar os meninos, então já sai perdendo, né? Passa muito tempo sem ir (Professora *Karine*, Instituição B).

Na fala da professora *Karine* são mencionadas as dificuldades com transporte, no entanto, são recorrentes entre os entrevistados a indicação das dificuldades relacionadas com a falta de acessibilidade em suas diferentes manifestações – transporte, urbanística e arquitetônica. Vale destacar que o professor *Tairone* indicou que em pesquisa realizada por ele (não publica), esta era um dos principais fatores para a desistência da pessoa com deficiência da prática desportiva. Vejamos como esta dificuldade é apontada pelos entrevistados:

Acessibilidade com relação à prática. É, elas a gente sempre tem, barreiras arquitetônicas, a partir o momento que a gente sai daqui da escola elas começam a existir, desde o carro que leva, né? Que muitas vezes não é o adaptado até os locais que não tem um banheiro perto, não tem uma rampa, não tem um espaço mais largo pra a cadeira passar. Então, essa questão assim, ainda está em passos muito, muito lentos essa questão da acessibilidade aqui no estado (Professora *Antônia*, Instituição A).

Alguns ginásios nossos, os nossos ginásios são antigos, então as estruturas deles, eles foram criados para uma época, uma época que não era muito valorizado, não era identificada essa questão da acessibilidade, não tinha essa preocupação na acessibilidade, para adentrar no ginásio, né...(Professor *Araújo*, Instituição D)

Uma vez eu fiz uma pesquisa acho que há uns 4 anos atrás, 3 anos atrás, eu nem me lembro direito, mas que vinha falando que um dos motivos da pessoa desistir do esporte era o acesso ao local de treinamento, então tudo isso envolve acessibilidade de ônibus, de calçadas, de estradas, de tudo [...] (Professor *Tairone*, Instituição A)

O professor *Tairone* relata ainda uma situação em que a falta de acessibilidade levou a desistência da prática esportiva:

Aí eles chegam para mim e dizem: - Professor eu não vou nadar mais não porque agora eu não quero mais não. Não tem como chegar aí, ninguém vem me pegar em casa [...] Então, essa acessibilidade com certeza é um dos pontos fulminantes para que o desporto não cresça mais (Instituição A)

Hora e Cruz (2008) indicam que as barreiras na acessibilidade se apresentam como qualquer forma de entrave e obstáculo que limite ou impeça a uma pessoa a ter acesso livre e irrestrito, bem como de progredir no meio educacional. A isto, como podemos verificar pela experiência do professor *Tairone*, elas acabam também por impedir o desenvolvimento esportivo dos sujeitos.

Podemos verificar que as dificuldades relacionadas à (falta de) acessibilidade são diversas e comprometem o direito do cidadão de ir e vir, e, no caso em particular, podendo levar ao término prematuro com a carreira de vários atletas.

Além das dificuldades com o transporte e a acessibilidade (transporte, urbanística e arquitetônica), os entrevistados mencionaram a falta do apoio governamental, sobretudo, em relação à bolsa-atleta. Vejamos mais detalhadamente como os professores percebiam este processo:



Eu sei que existe o bolsa-atleta, que é incentivo do governo estadual. No governo municipal não existe, inclusive eu já escutei conversa de alguns vereadores pleitearem o bolsa-atleta municipal como já existe em outros municípios do Brasil (Professora Antônia, Instituição A).

O Estado hoje em dia está liberando 4 bolsas para o paradesporto. Juntando todas as modalidades desenvolvidas no Paradesporto tem 4 vagas [...] isso é para todas as outras entidades que fomentam a prática do esporte. (Professor Tairone, Instituição A)

Como podemos constatar na fala dos professores, o programa de incentivo, sob a forma de bolsa-atleta estadual<sup>4</sup>, contempla uma quantidade ínfima de paratletas, considerando o universo de praticantes. Esta situação traz à tona uma das grandes dificuldades do desenvolvimento do esporte para a PCD em Alagoas, uma vez que para ser contemplado com uma bolsa é necessário resultados e sem incentivos financeiros não existe estímulo para um desporto de alto nível.

Segundo a Lei 10.891 de 9 de julho de 2004, a Bolsa-Atleta<sup>5</sup> Federal é instituída pelo Art. 1º e é destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paraolímpico Internacional. Os parágrafos a seguir tratam das categorias de bolsas existentes nesse programa do governo federal: “§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta” (Redação dada pela Medida Provisória nº 502, de 2010). Ficam criadas as categorias: Atleta de Base, Estudantil, Atleta Nacional, Atleta Internacional, Atleta Olímpico ou Paraolímpico, Atleta Pódio (BRASIL, 2010).

Poucos são os atletas paraolímpicos que podem ser contemplados pela Bolsa-Atleta Federal na cidade de Maceió, em se tratando dos atletas alagoanos a nível internacional (por exemplo, Yohansson Ferreira; Jonathan Santos; Roseane Ferreira dos Santos, a Rosinha; José Cícero; Sônia Gouveia). Entretanto, dado ao êxito de sua carreira desportiva, alguns deles optaram em não receber a bolsa e serem patrocinados pelas Loterias Caixa. Esta situação faz com que a grande parte desses atletas alagoanos não representa o estado de Alagoas, pelo fato de não obterem incentivos advindos do governo (Estado e Município), passaram a representar um instituto do Rio de Janeiro, que lhes proporciona a estrutura de materiais, financeira, equipes multidisciplinares, etc.

Porém, o grande ponto de inquietação é que para ser contemplado com esse apoio do Governo Federal é necessária a obtenção de resultados positivos. Vejamos o que é definido pela Lei nº 10.891, de 2004:

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas a Categoria Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior, e a Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

<sup>4</sup> Alagoas possui 3.093.994 habitantes. (IBGE, 2010). São disponibilizadas pelo governo do estado 4 bolsas-atleta para pessoas com deficiência.

<sup>5</sup> § 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual. (Redação dada pela Medida Provisória nº 502, de 2010).



Podemos verificar na passagem acima que para se conseguir esses incentivos é necessário que os atletas obtenham destaque nos níveis acima citados. Esta situação faz-nos questionar: como os atletas conseguirão obter bons resultados se, muitas vezes, não têm nem o transporte para chegar ao local de treinamento (estes sem adaptações), os materiais necessários e ainda o apoio de uma equipe multidisciplinar para dar ênfase a seus treinamentos? Para que esses atletas cheguem aos altos níveis do desporto<sup>6</sup> paraolímpico é necessário que tenham bastante força de vontade para lutar a cada dia e conseguir seus êxitos, independentemente das políticas.

Quanto às facilidades, os entrevistados apontaram exclusivamente para o apoio recebido das instituições/associações e das parcerias firmadas por aquelas. Vejamos o que eles disseram:

[...] a nossa instituição é uma das que tem vantagem por ter um carro que é disponível pra levar pra o esporte. Só que nem sempre acontece isso [...] (Professora *Karine*, Instituição B)

Não. Esse espaço é uma parceria que tem [a instituição]. Então, o [parceiro] sede a quadra, o espaço físico, como alguns materiais também. (Professor *Patrício*, Instituição A)

[...] nós não temos só o treinamento em si, nós temos uma equipe multidisciplinar né, até porque nós temos na instituição psicólogos, fisioterapeuta, médico,[...] (Professor *Micael*, Instituição B)

Nas falas acima temos três professores que se sentem privilegiados, pois de certa maneira têm as melhores possibilidades de crescimento, comparativamente com as demais instituições que são de menor porte no que se refere ao DA. O apoio que recebem é proporcional ao “tamanho do seu desporto adaptado”. As facilidades apontadas por estes entrevistados ficam restritas às parcerias.

### **Políticas Públicas Estaduais e Municipais para o Desenvolvimento do Desporto Adaptado na perspectiva de professores e treinadores**

No Governo Estadual de Alagoas existe a Gerência Executiva de Esportes Especiais, que tem a função de gerenciar o esporte para a PCD no estado. E, em se tratando do Governo Municipal existe a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer que é responsável por todas as ações municipais referentes ao desporto na cidade de Maceió/AL (SEMEL/AL, 2010).

Vejamos o conhecimento dos professores entrevistados sobre a existência de políticas governamentais (estaduais e municipais) para a promoção do desporto adaptado na cidade de Maceió e estado de Alagoas.

Não. Não conheço nenhum programa que viabilize a condição desses alunos participarem né, de, até a título mesmo de parcerias, que é muito pouco por parte do estado e por parte do município. A gente consegue mais de órgãos privados de que com o estado e com o município esses apoios. Eu realmente assim, eu desconheço, (Professora *Andréia* – Instituição B).

<sup>6</sup> Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).



## IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Não. Eu vejo ações isoladas, infelizmente ainda assim, os órgãos públicos precisariam estar mais integrando essas ações isoladas para que fosse uma ação coletiva do governo. [...] Eu não vejo nenhuma ação, nem da [gerência] estadual nem da municipal. Não sei nem se no município existe alguma secretaria para trabalhar com essa parte do esporte adaptado. Sei que no estado há um tempo atrás tinha essa Secretaria que fazia algumas ações. Se não me engano era Secretaria de Esporte e Lazer e Esportes Adaptados [...], (Professor Paulo, Instituição C).

Estadual ou municipal não. A gente tem conhecimento, às vezes, do, pelo Comitê Paraolímpico. De algumas coisas nacionais, de âmbito federal, mas de âmbito estadual e municipal... o nosso estado ainda é muito pobre de políticas públicas nesse sentido (Professor George, Instituição C).

Olha, a Secretaria Municipal eu não sei, mas a estadual sim, porque tem um departamento, uma gerência que lida especificamente com isso, não é? [...] Eu sei que tem sim porque eles participam, levam o pessoal para os campeonatos, eu sei que tem. [...] Olha, o apoio que elas dão é justamente apoio em viagens, né? Transporte, né? não só aéreo, como transporte terrestre [...], (Professor Micael, Instituição B).

Pelos relatos percebemos que os professores não percebem que exista uma política pública que vise o desenvolvimento contínuo do desporto DA, uma vez que as políticas públicas visam atender as necessidades da população e sendo proposta de maneira a trazer benefícios para a toda a sociedade, de acordo com suas necessidades. Dessa forma, vimos que o que acontece no estado de Alagoas, mais especificamente na cidade de Maceió, é a existência de esparsas ações (basicamente relativas ao transporte) e, portanto, a inexistência de política pública para o desenvolvimento do DA.

Vale lembrar que as políticas públicas referem-se a um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade. Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (LOPES *et al.*, 2008).

Ainda em relação às ações, estas somente são concretizadas com o surgimento das necessidades. Vejamos:

Professor Araújo: [...] às vezes ela [a instituição] recebe assim uma [passagem], quando a gente precisa de umas passagens ou alguma coisa assim, aí uma Secretaria [...] Estadual, aí às vezes consegue umas 7 ou 8 passagens. Aí não dá pra levar o time todo. Leva uma parte. Muitos ficam de fora, [...]

Entrevistador: Esse apoio é contínuo?

Professor Araújo: Não é. Se tiver condições de arrumar, eles [a secretaria] arrumam, se não aí a gente fica de fora. A gente precisa daquele apoio fixo, contínuo (Professor Araújo, Instituição D).

No recorte acima destaca-se ainda que não há uma política que assegure apoio a todos, pois somente supre as necessidades de parte das equipes e atletas, além de que os apoios são pontuais e restritos aos momentos de competição.

No que se refere às ações voltadas para desenvolvimento do desporto para a PCD, especificamente o fomento para a formação de novos atletas, aquelas são pouco notáveis. Vejamos a fala da professora Andréia:

[...] o Estado, ele só tem o interesse de patrocinar quem é bom, né? Ele não tem o interesse de patrocinar a criança que quer aprender a ser bom, né? O Estado aqui infelizmente. O pouco patrocínio que a gente recebe, recebe por um atleta que já há 10 anos já faz a prática da



modalidade. Então, o fomento daquele aluno com 8, com 9, com 10 anos, que quer ser um atleta de ponta, o Estado não olha pra ele, né? [...] (Professora *Andréia*, Instituição B)

Na fala acima percebemos que as ações do governo estadual e municipal não visam o desenvolvimento do desporto de base. A professora Andréia relatou ainda que: “Pelo menos aqui eu nunca vi essa promoção, desse tipo de, das escolinhas mesmo, das escolinhas dos esportes adaptados [...] daí sim a gente poderia ter um bom número grandioso de atletas medalhistas”. Esses acontecimentos não se restringem somente ao DA, ocorre o mesmo com o desporto convencional, porém as dificuldades acabam sendo maiores para o DA pelo fato deste encontrar além dos entraves acima discutidos, esbarrar em barreiras arquitetônicas e ainda atitudinais.

### **A atuação no Estado de Alagoas e Município de Maceió/AL na promoção do desporto adaptado, na perspectiva dos gestores**

Anteriormente, conhecemos como os professores e treinadores do desporto adaptado de associações e instituições da cidade de Maceió percebiam o papel do estado na promoção do desporto adaptado. Agora passamos a apresentar o que estes gestores tem a nos dizer. Começamos com as ações no âmbito estadual:

No Estado, como antes do do... governador Teotônio Vilela assumir eu acho que não existia assim um programa definido para o paradesporto, porque você sabe pra o desporto já é uma grande luta a gente conseguir as coisas para os normais, né? [...] Estamos dando os primeiros passos. Temos o programa bolsa-atleta. Esse programa é o programa que ele beneficia 4 paratletas, aqueles que mais se destacaram nas competições. É um programa do governo e a tendência do próximo ano [2011] é que a gente aumente o número de paratletas nesse programa. É um programa que ele recebe uma ajuda financeira através de um salário mínimo para que ele possa se alimentar melhor, comprar o seu material esportivo e conseqüentemente ter um rendimento melhor nas competições. [...] O material esportivo, nós damos o apoio porque, o pessoal do atletismo treina lá no CEPA [centro educacional estadual, localizado na cidade de Maceió], né? Na pista do CEPA. Então, todo material que eles precisam de peso, de dardo, eles podem recorrer ao CEPA e o diretor lá do CEPA ele sempre, ele não se nega. Quanto ao material de transporte, a gente faz um acordo com as associações.

Com relação às perspectivas para o futuro do desporto adaptado no estado de Alagoas, a dirigente vislumbrou:

A perspectiva é que para o ano [2011] e nesses 4 anos é que a gente consiga dobrar o trabalho que a gente vem fazendo, fez nesses 3 anos. Isso não é uma coisa fácil, porque além da gente estar trabalhando com pessoas que já são, como é que se diz? que já tem, dão mais trabalho de que os normais, entendeu? A realidade é essa, o grupo de professores são pessoas abnegadas, porque é muito difícil você trabalhar. Você tem que ter uma pós-graduação, você tem que ter vários cursos pra você trabalhar com esses determinados paratletas[...] e se eu ficar eu vou dar o máximo de mim pra ver se a gente consegue dobrar os programas, a participação.

A dirigente descreveu como pretende desenvolver as ações de sua Gerência:

Olha, o que seria preciso é o seguinte: nós temos uma equipe aqui que trabalha a Educação Especial e precisaria de assim, de mais pessoas comprometidas nessa área, porque é mais fácil você fazer, você trabalhar o normal, o atleta normal do que o atleta, o paratleta né? Que é mais



dificuldade. É a cadeira de rodas, é aquela coisa, então primeiro a gente tem que se organizar pra ver se consegue mais pessoas que gostem de trabalhar e agir nas escolas, diretamente nas escolas, através das coordenadorias[...] Precisamos de ter mais cursos pra professores que gostem de trabalhar nessa área[...] de uma capacitação desses professores [...].

Com relação às ações do Governo do Estado de Alagoas para o desenvolvimento do DA, a dirigente não parece pensar em propor uma política de incentivo ao DA. São pensadas ações isoladas e sobrevalorizado a dificuldade em se trabalhar com o atleta que não seja “normal”, como também parece que a dirigente concebe o paratleta como sendo uma atleta muito diferente dos demais.

Há ainda de se considerar que o compromisso de profissionais não irá sanar os problemas do DA em Alagoas. Sem dúvidas, é necessário haver investimento na formação dos professores/treinadores, mas não só isso. É preciso em ações que busquem a superação de dificuldades estruturais e de transporte, da falta de patrocínio, de equipamentos de melhor qualidade, e, sobretudo, ampliação das oportunidades de práticas desportivas para PCD.

Na esfera municipal, a dirigente local disse que as ações municipais consistiam em:

Na verdade, a forma que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer faz é, em como é que se diz, dar passagem aérea ou transporte, pra viajar pra representar, sendo isso função do Estado. Mas, quando vem pra cá, pra Secretaria, quando tem condições envia, dá passagem aérea para os atletas paraolímpicos viajarem. É também questão de uniformes, questão de uniformes.

Com relação às perspectivas para o futuro do desporto adaptado no município de Maceió, a dirigente disse:

Minhas perspectivas na verdade é que, com essa, com a parceria com a Secretaria Municipal de Educação vai vir muitos atletas treinar aqui [na Vila Olímpica], vai vir muitas pessoas com deficiências treinar na Vila Olímpica. E, desses, alguns vão ser atletas porque vai melhorar muito a qualidade de vida deles, né? Nossas perspectivas é essa. Segundo o secretário, ele quer pelo menos 100 pessoas com deficiência treinando aqui diariamente na Vila, e pelo levantamento existe mais de 100 pessoas só em torno [...] nosso intuito é formar atletas na verdade, mas nós sabemos que muitos não vão ser atletas. Mas, vão ter a noção de vida melhor, né? qualidade de vida melhor. Eles começam a perceber que são cidadãos [...] daí aparece alguns talentos que é mais do que normal, né? Mas, o intuito principal não é esse não. O intuito principal é qualidade de vida mesmo.

Como fora falado anteriormente, ainda não existe uma política de desenvolvimento para o DA no município de Maceió. Há indicação de apenas um projeto que está a se iniciar. Para que haja este desenvolvimento, a dirigente disse que é preciso:

Investimento que não temos. Muito pouco. Na verdade, hoje é muito melhor que o passado, né? Se é pouco, eu acho que no passado é que não existia mesmo, investimento e boa vontade. Só isso.

Confrontando o que foi dito pelos professores e treinadores e as dirigentes (municipal e estadual), não parece ser surpresa afirmar que são necessários mais investimentos para o DA do município de Maceió e o estado de Alagoas. Mas, não só isso. É necessário pessoas/gestores que saibam e entendam a importância do DA para as pessoas com deficiência e que sejam formadas para gerenciar esses investimentos.



Para sintetizar e com base nas falas dos Professores/Treinadores e dos Representantes Governamentais, o **Quadro 3** apresenta as ações governamentais para o DA existentes no município de Maceió.

### Quadro 3 – Caracterização das Ações Governamentais

GOVERNO	AÇÕES
ESTADUAL	O Governo estadual contempla 4 atletas com a Bolsa-Atleta estadual (com intuito de contemplar 8 em 2011). Ações isoladas envolvendo a distribuição de passagens para os atletas/equipes que conseguem índices regionais e/ou nacional.
MUNICIPAL	Ações isoladas, contemplando algumas modalidades com locais de treinamento, passagens, transporte e uniformes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a situação do desporto adaptado na cidade de Maceió/AL é marcada por muitas dificuldades, uma vez que não existe nenhuma política pública voltada para o desenvolvimento do esporte para a PCD. Durante a pesquisa pôde-se ver que o DA na capital alagoana fica muito restrito às ações individualizadas de pessoas comprometidas com a causa e associações/instituições que ainda não trabalham como clubes, mas que sem elas não existiria nada do que fora relatado neste trabalho.

No que se refere aos órgãos governamentais, não existe uma política que garanta o desenvolvimento do desporto adaptado de maneira contínua e planejada. Assim, é necessária a proposição de uma política contínua de fomento ao desporto para a PCD, seja este com intuito de lazer, educacional, reabilitacional ou de rendimento. Também é imprescindível haver investimentos em projetos e programas que promovam o crescimento do esporte adaptado na escola, promovendo a inclusão e o desenvolvimento do cidadão, de sua autonomia. Sem dúvida que tais projetos terão como desdobramento o surgimento de paratletas.

Por fim, pela omissão estatal, pudemos notar que a prática do desporto para a PCD na cidade de Maceió ainda estava muito restrita e dependente das ações das associações/instituições especializadas no atendimento da pessoa com deficiência e de seus respectivos professores/treinadores.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil: Origem, institucionalização e atualidade.** Ministério da educação e do desporto – Publicações INDESP – Brasília, 1998.

BRASIL. **Bolsa-Atleta: Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Mpv/502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/502.htm). Acesso em: 30, novembro, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.



BRASIL. **Lei Bolsa Atleta**. Disponível em:

[http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/como\\_participar.jsp](http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/como_participar.jsp). Acesso em 18/11/2010. Acesso em 09, abril, 2010.

BRASIL. **Lei Bolsa Atleta**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm). Acesso em: 09, abril, 2010.

MAUERBERG DE CASTRO, E. **Atividade Física: Adaptada**. – Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.

IBGE - **Censo 2010 – População de Alagoas**. Disponível em:

[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=27](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=27). Acesso em: 14, dezembro, 2010.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. de. Paraolimpíadas: Revisando a História. **Rev. da Soc. Bras. de A. M. A. – SOBAMA**. Vol. 7, n.1, pp. 21-26, dezembro, 2002.

Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Disponível em: <[www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br)>. Acesso em: 18, novembro, 2010.

Comitê Paraolímpico Internacional (IPC). Disponível em:

<http://www.paralympic.org/Sport/Results/reports.html?type=medalstandings&games=2008PG&sport=all>. Acesso em: 27, maio, 2010.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev. Bras. de C. do Esp.**, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio, 2004.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2ª ed. - Porto Alegre: Bookman, 2004.

GUERRA, I. C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso**. 1ª Ed. Estoril, Principia, 2006.

HORA, E. C; CRUZ, H. S. Acessibilidade e Barreiras: Percepção dos alunos com deficiências na Universidade Federal de Sergipe. **In: Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 3 ed, São Carlos, Anais, 2008.

LOPES, B; AMARAL, J. N; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MACEIÓ. **Gerência Executiva de Esportes Especiais de Maceió**. Disponível em:

<http://www.educacao.al.gov.br/esporte/programas-e-projetos/gerencia-executiva-de-esportes-especiais/>. Acesso em 18, novembro, 2010.

SEMEL – **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/> Acesso em: 27, abril, 2011.

TSUTSUMI, O. et al. Os Benefícios da Natação Adaptada em Indivíduos com Lesões Neurológicas.

**Revista Neurociências**, v.12, n.2, 2004. Disponível em:

[http://www.unifesp.br/dneuro/neurociencias/vol12\\_2/natacao.htm](http://www.unifesp.br/dneuro/neurociencias/vol12_2/natacao.htm). Acesso em: 27, abril, 2011.

**Flávio Anderson Pedrosa de Melo**

End.: Rua Manoel Moura, nº95.

Bairro: Trapiche da Barra.

CEP: 57010-620. Maceió-AL.

E-mail: [flavioedf06@yahoo.com.br](mailto:flavioedf06@yahoo.com.br)

**Neiza de Lourdes Frederico Fumes**



End.: Rua Mal. A. A. Câmara, nº 153 / apto. 202

Bairro: Jatiúca.

CEP.: 57036-660. Maceió-AL

E-mail: neizaf@yahoo.com